SECRETARIA DE ESTADO DO TESOIRO

Portaria n.º 83/76

de 18 de Fevereiro

Pelos artigos 50.º e 51.º do Decreto-Lei n.º 42 641, de 12 de Novembro de 1959, foram reguladas as formas de constituição de depósitos de disponibilidades monetárias nos bancos comerciais, prevendo-se naquele artigo 51.º que os depositantes a prazo podiam exigir dos ditos bancos comerciais que lhes fossem entregues livranças representativas das quantias depositadas. Posteriormente, o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46 492, de 18 de Agosto de 1965, definiu os tipos de depósitos de disponibilidades monetárias na generalidade das instituições de crédito, revogando-se pelo artigo 38.º deste diploma aquele artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 42 641, mas mantendo-se em vigor o disposto no citado artigo 51.º, que era aplicável apenas aos bancos comerciais.

A Portaria n.º 912/73, de 21 de Dezembro, veio, nomeadamente, autorizar os institutos de crédito do Estado e os bancos de investimento a emitir certificados representativos dos depósitos a prazo que, para o efeito, neles fossem constituídos e admitir que os ditos certificados se transmitissem por endosso, com eles se transferindo para o adquirente todos os direitos inerentes aos depósitos que representam. E, por sua vez, o Decreto-Lei n.º 248/75, de 22 de Maio, autorizou que os bancos comerciais e instituições equiparadas, nacionalizados e com sede no continente, recebessem depósitos a prazo superior a um ano.

Entretanto, os Decretos-Leis n.ºs 2/75 e 285/75, respectivamente de 7 de Janeiro e de 7 de Junho, alterando a redacção do sobredito artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 42 641, aditaram-lhe diversos parágrafos, designadamente não só alargando o âmbito de aplicação institucional desse artigo, mas também estabelecendo regras acerca da emissão das livranças representativas dos depósitos a prazo e do desconto das mesmas livranças. E, em bom princípio, tais disposições deveriam ter sido reportadas ao citado artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46 492, acrescentada que fosse a admissibilidade, para a generalidade das instituições de crédito, aquela emissão de livranças.

Ora, pelo Decreto-Lei n.º 729-D/75, de 22 de Dezembro, ficou revogado o Decreto-Lei n.º 248/75, antes citado. E pelo Decreto-Lei n.º 729-E/75, daquela data, foram revistas as condições reguladoras da constituição de depósitos de disponibilidades monetárias nas instituições de crédito do continente e ilhas adjacentes e, bem assim, uniformizados os processos de liquidação dos juros devidos por esses depósitos, revogando-se o artigo 51.º do aludido Decreto-Lei n.º 42 641 e, também, o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46 492.

Considera-se, no entanto, conveniente adaptar, e completar, no contexto do novo regime instituído para os depósitos nas instituições de crédito, as disposições que foram previstas pelos citados Decretos-Leis n.ºs 2/75 e 285/75, agora implicitamente revogados.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, em regulamentação do ar-

tigo 4.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 729-E/75, de 22 de Dezembro, o seguinte:

1.º — 1. Os depositantes a prazo poderão exigir, às instituições de crédito em que hajam constituído os depósitos, a emissão de livrança ou livranças representativas, no todo ou em parte, das quantias depositadas, salvo quando se trate das «contas de depósito de emigrantes», regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 729-H/75, de 22 de Dezembro, ou quando haja lugar à emissão de certificados de depósitos nos termos da Portaria n.º 912/73, de 21 de Dezembro.

2. Os vencimentos das livranças, emitidas ao abrigo do previsto no número anterior do presente n.º 1.º, deverão sempre coincidir com os dos respectivos depósitos a prazo.

3. As mencionadas livranças deverão conter menção expressa do nome do depositante a quem ou à ordem de quem devam ser pagas, a identificação exacta do depósito a que respeitem e a indicação da respectiva taxa de juro.

2.º — 1. As livranças poderão ser emitidas a qualquer tempo, enquanto subsistirem os depósitos a prazo que representem, sendo os encargos dessa emissão, designadamente o imposto do selo e custo do impresso, suportados obrigatoriamente pelos depositantes.

2. As instituições de crédito deverão possuir registos nos quais anotarão devidamente as livranças que emitirem em conformidade com o n.º 1.º desta portaria.

3.º — 1. As livranças a que se refere a presente portaria serão transmissíveis por endosso, nos termos gerais, mas apenas a favor de uma instituição de crédito do continente ou ilhas adjacentes, com ele se transferindo para o adquirente todos os direitos inerentes aos depósitos que representam.

2. As aludidas livranças poderão ser descontadas pela própria instituição de crédito que as emitir, mas, neste caso, deverão ser anulados tais títulos e, simultaneamente, os depósitos a prazo que representavam.

3. Não se aplicarão aos descontos de livranças, efectuados por estabelecimentos especiais de crédito, as limitações estatuídas para estas instituições quanto ao prazo das operações activas que podem realizar.

4.º — 1. No desconto das livranças representativas de depósitos a prazo, as instituições de crédito aplicarão a taxa de juro legalmente fixada para as operações activas de prazo correspondente, ou a taxa de juro, por que vigora o depósito a que a livrança respeita, acrescida de 2 %, se esta última for superior à primeira, sendo-lhes vedado cobrar qualquer comissão ou prémio adicionais.

2. Ao prémio de desconto, determinado de harmonia com o disposto no número anterior do presente n.º 4.º, deverão as instituições de crédito, que descontem as livranças, deduzir, como juro vencido pelos depósitos que tais livranças representam, uma importância calculada em função do valor das livranças descontadas, do prazo decorrido desde a data da emissão das mesmas livranças até à do seu desconto e da taxa de juro que, para depósitos bancários por esse prazo, estiver legalmente fixada.

5.º De harmonia com o princípio estatuído no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 729-E/75, de 22 de Dezembro, as instituições de crédito não poderão acordar com os depositantes qualquer forma de mobiliza-

ção antecipada das disponibilidades monetárias depositadas a prazo que implique a anulação ou redução do prazo do depósito constituído.

6.º — 1. Atendendo ao disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 729-H/75, o estabelecido no anterior n.º 5.º não se aplicará aos levantamentos de fundos que sejam solicitados por emigrantes portugueses relativamente a depósitos a prazo que hajam constituído em seu nome e em escudos, quer estes depósitos resultem quer não dos depósitos em moeda estrangeira regulados por aquele diploma.

2. No caso dos aludidos levantamentos aplicar-se-á a taxa de juro correspondente ao período de permanência do depósito, salvo no caso de tal período ser inferior a trinta dias, em que a taxa a praticar será a respeitante à dos depósitos à ordem, não podendo as instituições de crédito, relativamente aos ditos levantamentos, cobrar prémios de desconto, ou qualquer comissão ou prémio adicionais, ainda que os depósitos a prazo tenham ocasionado a emissão de livranças nos termos da presente portaria.

7.º O estabelecido nos n.ºs 2 e 3 do n.º 3.º e n.º 4.º desta portaria será aplicado aos certificados de depósitos emitidos nos termos da Portaria n.º 912/73.

8.º As dúvidas que eventualmente surgirem quanto à aplicação do disposto na presente portaria serão resolvidas por despacho do Secretário de Estado do Tesouro.

Ministério das Finanças, 10 de Fevereiro de 1976. — Pelo Ministro das Finanças, *Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva*, Secretário de Estado do Tesouro.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO INTERNO

Decreto-Lei n.º 136/76

de 18 de Fevereiro

1. Com a extinção da organização corporativa e a decorrente remodelação das estruturas paracorporativas, tornou-se evidente a necessidade de corrigir as graves deficiências da nossa política de preços e das estruturas de abastecimento e distribuição existentes. Com efeito, a par de estruturas anquilosadas e de infra-estruturas insuficientes, fomos assistindo no final do regime anterior a um crescimento anárquico e monopolista das empresas de distribuição, desprovidas de dinamismo e explorando posições dominantes ou oligopolistas de mercado. Do mesmo passo, reduzia-se o dinamismo e aumentava o custo das operações de abastecimento empreendidas pelo sector público e restringiam-se as condições de sobrevivência das pequenas e médias unidades, forçando-as por vezes a práticas de aumento das margens e dos custos de distribuição, com manifesto prejuízo dos consumidores. Com tudo isto, o País encontra-se com uma estrutura da distribuição dos preços e do abastecimento custosa, desorganizada, lenta e ineficaz, quase desprovida de unidades cooperativas e que eleva desmedidamente os preços, com óbvio prejuízo dos consumidores e dos produtores com menores possibilidades, designadamente os pequenos e médios empresários agrícolas.

2. Para fazer face a esta situação, o Decreto-Lei n.º 412-B/75, de 7 de Agosto, criou o Ministério do Comércio Interno, ao qual cabe a tarefa de planear, promover e executar a radical transformação das nossas estruturas e circuitos de distribuição, à luz dos novos rumos da economia portuguesa.

Sujeito a regimes legais diversificados e pouco claros, o Ministério do Comércio Interno carece da definição nítida da sua orgânica e finalidades, a fim de poder prosseguir a tarefa que lhe cumpre. É isso que se tenta prosseguir com a presente Lei Orgânica, que será completada, para maior flexibilidade, pelos regulamentos orgânicos e funcionais dos diversos serviços, de modo a permitir-lhes a criação das necessárias infra-estruturas técnicas, a prestação das actividades de assistência e apoio que se revelam necessárias à reestruturação da nossa distribuição e uma actuação eficaz em defesa do consumidor e da economia nacional.

Tal como se reconheceu no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho, «parece não existirem dúvidas de que, na actual situação, o interesse nacional determina a necessidade de um acompanhamento rigoroso da formação dos preços». Este objectivo está igualmente presente na nova lei, que permitirá a transferência das competências agora legalmente atribuídas à Direcção-Geral de preços para as novas direcções-gerais a criar.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

LEI ORGANICA DO MINISTERIO DO COMERCIO INTERNO

CAPÍTULO I

Disposições gerais

SECÇÃO I

Atribuições e estrutura

Artigo 1.º O Ministério do Comércio Interno (MCI), criado pelo Decreto-Lei n.º 412-B/75, de 7 de Agosto, é o departamento governamental encarregado de orientar e disciplinar o comércio interno, os preços e o abastecimento público, cabendo-lhe prosseguir as seguintes atribuições:

- a) Definir e executar a política de preços em colaboração com os Ministérios de tutela da produção dos bens e serviços no mercado interno;
- b) Definir e promover a execução de uma política comercial em colaboração com os Ministérios de tutela da produção subordinada aos objectivos fundamentais da economia nacional;
- c) Regulamentar e disciplinar o comércio interno e os circuitos de distribuição, intervindo, designadamente, no sentido da racionalização das respectivas estruturas, da criação das necessárias infra-estruturas e da sua sujeição ao interesse geral;